

ARTIGOS DOSSIÊ

Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes^I

Ana Laura Baia de Moraes^{II}

Desenvolvimento, identidade e necropolítica na romantização da colônia em Minas Gerais

Development, identity and necropolitics in the romanticization of the colony in Minas Gerais

RESUMO:


Minas Gerais recebe seu nome durante o período colonial, a partir da busca pelo ouro, peça central na economia e no desenvolvimento local. Assim, esse movimento extrativista e modernizante se enraizou na construção da identidade da região, construindo a ideia do "mineiro". Logo, a população corrobora o discurso extrativista ao se constituir a partir de elementos coloniais, enquanto grandes corporações capitalistas fazem uso deste mesmo discurso. Apesar do extrativismo mineral ser central na economia, também é responsável por desastres de grandes proporções, como nos casos de rompimento das barragens da Samarco, em Mariana (2015), e da Vale, em Brumadinho (2019), gerando vítimas humanas, não-humanas e um enorme impacto ambiental. Assim, objetiva-se compreender como o discurso dominante do desenvolvimento em Minas Gerais se tornou um necrodesenvolvimento – como uma continuação da ideia de necropolítica de Mbembe (2016). O trabalho parte de uma proposta teórica decolonial, com análise histórica em três frentes: primeiro, uma revisão teórica sobre como o desenvolvimento colonial moldou as identidades no Sul Global. Depois, uma análise dos dados do desenvolvimento econômico do estado. Em seguida, entrando em contato com relatos dos desastres supramencionados. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa. Como resultados, observamos que a atividade mineradora ilustra o necrodesenvolvimento, num ciclo que mescla identidade, minério-dependência e tragédias socioambientais, posicionando-a como uma atividade essencial para a sobrevivência da economia mineira. Logo, conclui-se que a identidade mineira, internalizando essa lógica, valida as práticas das grandes corporações, promovendo uma continuidade desse movimento.

ABSTRACT:


Minas Gerais received its name during the colonial period, stemming from the search for gold, a central element in the local economy and development. Thus, this extractive and modernizing movement became ingrained in the construction of the region's identity, building the idea of the "mineiro". Consequently, the population corroborates the extractivist discourse by constituting itself based on colonial elements, while large capitalist corporations make use of this same discourse. Although mineral extraction is central to the economy, it is also responsible for large-scale disasters, as in the cases of the dam collapses of Samarco in Mariana (2015) and Vale in Brumadinho (2019), causing human and non-human casualties and an enormous environmental impact. Therefore, the aim is to understand how the dominant discourse of development in Minas Gerais has become a 'necrodevelopment' – as a continuation of Mbembe's (2016) idea of necropolitics. The work starts from a decolonial theoretical proposal, with a historical analysis on three fronts: first, a theoretical review of how colonial development molded identities in the Global South. Then, an analysis of the state's economic development data. Following this, engaging with reports of the aforementioned disasters. This is an exploratory, qualitative research. As results, we observe that mining activity illustrates 'necrodevelopment,' in a cycle that blends identity, mineral-dependence, and socio-environmental tragedies, positioning it as an essential activity for the survival of the 'mineira' economy. Therefore, it is concluded that the 'mineira' identity, by internalizing this logic, validates the practices of large corporations, promoting a continuity of this movement.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Minas Gerais; Necropolítica; Mineração; Decolonialidade

Keywords: Development; Minas Gerais; Necropolitics; Mining; Decoloniality

^I Doutor em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Professor, Universidade Federal de Goiás , Goiânia, GO, Brasil.

bittencourtrafael@ufg.br,  <https://orcid.org/0000-0003-0598-8823>

^{II} Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás; Mestranda em Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade Federal de Goiás , Goiânia, GO, Brasil.

analaumoraiscontato@gmail.com,  <https://orcid.org/0009-0004-2630-1802>

INTRODUÇÃO

Quem nasce em Minas Gerais é mineiro. Mas, assim como no caso de brasileiro, são termos que remetem a ocupações ao invés de nacionalidades – que seria o caso no termo brasileiro, usado em outras línguas como o italiano. Esta relação muito íntima entre a identidade mineira e o trabalho nas minas neste estado do Brasil é a provocação inicial deste artigo, que nasce do incômodo de perceber que, ao retomar a história colonial do Brasil, percebe-se que o nome Minas Gerais se refere genericamente a uma região que seria rica em minas de diversos metais valiosos, ignorando outras características que poderiam ser ressaltadas, como os nomes dos povos indígenas que já ocupavam a região ou os nomes que eles usavam para esta terra.

A presença portuguesa na região pode ser identificada a partir de 1534 com a criação da Capitania Hereditária de São Vicente, posteriormente vendida para a Coroa portuguesa em 1709, com a criação da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, desmembrada em duas em 1720, desde então tendo o atual nome de Minas Gerais. A busca por ouro trouxe à região tanto portugueses quanto paulistas e nordestinos, assim como mobilizou um considerável contingente de negros escravizados, tanto africanos quanto nascidos no Brasil, o que levou à formação de uma economia dividida racial-

mente desde sua gênese e conectada desde o princípio com os mercados europeus interessados nas remessas de ouro. A escravidão levou os negros a um papel de violenta submissão, os brancos a um papel de senhorio e controle e reservou aos indígenas um apagamento típico dos muitos epistemicídios observados por todo o continente (Grosfoguel, 2013).

Ao recuperar a ideia de colonialidade e modernidade como dois lados da mesma moeda (Quijano, 2005), fica evidente que a escravidão e os epistemicídios estão do lado das colonialidades do poder, do saber e do ser, uma vez que se trata de toda uma organização social, política e econômica voltada para o domínio europeu através do acúmulo de recursos, da reconstrução do Outro não-branco enquanto inferior e da constituição de uma estrutura de poder que passa pelo patriarcado, pela Igreja Católica e pela lógica imperial de Estados-Nação constituindo colônias. Por outro lado, cabe ao lado das modernidades tudo aquilo que justifica, legitima e embeleza esta dinâmica de uma forma positiva. O argumento deste artigo, portanto, é que a romantização do período colonial que se observa em Minas Gerais através do turismo, da gastronomia, da cultura, da memória e de outros recursos é uma demonstração desta lógica da modernidade, que busca apresentar como bom algo que, pela lente da colonialidade, parece ruim, ainda que se constitua a mesma coisa, ou para

manter a metáfora, dois lados da mesma moeda.

Este argumento se faz particularmente relevante quando se lembra que este olhar dialético entre modernidade e colonialidade não é a regra, mas a exceção, uma vez que os pensadores decoloniais chamavam a atenção justamente para a forma problemática sobre como os legados do colonialismo eram tratados na América Latina. Para citar um exemplo, Souza Cruz escreveu:

O extremado amor que os portugueses votam ao Brasil, que eles consideram um prolongamento da sua pátria, onde encontram o mesmo afecto das suas famílias, carinho igual ao dos lares que deixam na outra costa do Atlântico, muitas vezes para sempre; êsse entranhado amor, essa carinhosa afeição e, juntamente, o sentimento religioso que com o sangue nos é transmitido a cada instante pelas ligações delicadas e puras da família, tudo isso é eternizado pelo idioma opulento e formoso, suave e forte, que nossos pais nos ensinaram, para que as nossas almas pudessem melhor sentir as alegrias e as desventuras comuns, para sorrir ou para chorar com eles. (Cruz, 1921)

Ou seja, por este olhar amoroso de Portugal para o Brasil percebe-se que a relação seria de um prolongamento da pátria, de carinho igual, de desventuras comuns. Na mesma linha, este artigo buscará chamar a atenção para como o olhar atual sobre a colônia em Minas Gerais reproduz esta

lógica afetuosa e aconchegante. Entretanto, aqui chamamos a atenção justamente para o que esta história não conta: a colônia não se tratou de prolongamento da mesma afetividade, mas campo para violências que permitiriam enriquecer Portugal às custas do Brasil. Este argumento é construído através do pensamento decolonial latino-americano, da filosofia de Achille Mbembe, em particular a partir de seu conceito de necropolítica (2016) e a partir da proposta de Lopes (2024) de pensar o desenvolvimento a partir da colonialidade. Esta amálgama de contribuições teóricas nos permite propor o conceito de **necrodesenvolvimento** como chave fundamental para interpretar esta romantização do período colonial em Minas Gerais, percebendo que a manutenção acrítica das formas de fazer economia gera a reprodução de um necrodesenvolvimento que mata o próprio povo. Como evidência desta dinâmica se repetindo na contemporaneidade, será recuperado o conceito de minério-dependência, que Oliveira, 2022 mobiliza para analisar os contextos socioeconômicos das localidades afetadas pelos acidentes com as barragens, em Mariana e Brumadinho.

Para tal resultado, a seção seguinte será dedicada para uma recuperação descritiva da história do desenvolvimento em Minas Gerais, desde a economia colonial do ouro até as discussões recente sobre minério-dependência. A seção posterior se voltará para a construção da identidade

mineira evidenciando como se dá esta romantização da mineiridade que traz a ideia do colonial como adjetivo que qualifica a gastronomia e o turismo como algo bom ou bonito (como em “café colonial” ou “cidades coloniais). Em seguida, uma análise a partir do conceito proposto de necrodesenvolvimento buscará mostrar como se dá esta dimensão da colonialidade do poder no caso estudado. Por fim, as considerações finais concluem o trabalho com a síntese dos principais achados e as ressalvas que determinam o limite do escopo do artigo.

HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO EM MINAS GERAIS

A história do desenvolvimento econômico de Minas Gerais é indissociável da história da mineração não somente no estado, mas no país. Dessa forma é a partir da formação e do desenvolvimento da "economia do ouro" que se observa uma nova forma de ocupação (Andrade, 2010), bem como o "primeiro movimento de integração das economias regionais da América portuguesa" (Godoy, 2009, p. 91), levando Minas Gerais a se constituir, no século XVIII, como o principal polo do mercado interno brasileiro. A economia do ouro, que possuía um dinâmico sistema escravista, possibilitou uma relativa expansão da vida urbana (Andrade, 2010) e era fortemente orientada para o

mercado externo (Godoy, 2009).

Ainda no século XVIII, há na economia mineira uma transição para uma espécie de formação econômica pré-capitalista, que por sua vez impacta no alargamento da fronteira de ocupação. Isto é, um movimento centrífugo, alargando as fronteiras de Minas Gerais e causando uma fragmentação regional, que redefine a integração do estado com as demais economias regionais (Godoy, 2009). Dessa forma, ocorreu também um incentivo da Coroa portuguesa para que vilas fossem criadas, objetivando uma arrecadação de impostos mais eficaz. Esse movimento, por sua vez, culmina em uma gradual ruralização da economia, que impactou no processo de urbanização do estado e na sua própria organização político-administrativa (Costa, 2017).

Visto que naquele momento a mineração seguia sendo o elemento organizador do espaço mineiro, a partir de 1755 (Costa, 2017), com o esvaziamento dos veios auríferos e a queda da produção, o cenário se altera e toda a dinâmica econômica é abalada: tem-se, então, a idade das trevas mineira. Este período ficou marcado por uma acentuação da ruralização da região e a predominância de uma economia agrícola não exportadora e voltada para o mercado interno (Andrade, 2010).

Alguns traços conjunturais avançam até o século XIX, como "a utilização extensiva da terra, a

diversificação produtiva das unidades econômicas, o constante incremento da mão-de-obra escrava e a reprodução de uma hierarquia social excludente" (Andrade, 2010, p. 219). Assim, o estado se vê incapaz de gerar um desenvolvimento autossustentado, até a abertura do ciclo do café, que aconteceria na segunda metade do século em questão (Costa, 2017). Por conseguinte, também durante o século XIX, se tornam mais evidentes os contrastes internos em Minas Gerais e é consolidada uma divisão regional do trabalho (Paiva; Godoy, 2002). Assim, pensando na organização intraprovincial, "o principal indicador da posição relativa das regiões na economia provincial era a intensidade e natureza das vinculações com mercados externos" (Paiva; Godoy, 2002, p. 54).

Minas Gerais chega ao século XX com um caráter de estado subdesenvolvido (Godoy, 2009), rural e industrialmente frágil (Vieira, 2019). No entanto, a descoberta da abundância de minério de ferro, na região que hoje é conhecida como Quadrilátero Ferrífero¹, leva ao Ciclo do Ferro. Assim, em 1913, Harder & Chamberlin realizaram as primeiras explorações na região (Roeser; Roeser, 2010), em 1921 é inaugurada a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, em 1941 é criada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e, em 1942, a Companhia Vale do Rio Doce, "com o objetivo de ampliar a exploração do minério de ferro e de outras riquezas minerais" (Duarte, 2019, p 1147),

estatizada por Getúlio Vargas a fim de fornecer minério de ferro aos estadunidenses durante a Segunda Guerra Mundial (Quintão; Sousa, 2020). Dessa forma, ao longo da década de 1940, Minas Gerais pôde contar com a colaboração dos Estados Unidos e da Inglaterra nos seus planos de desenvolvimento (Duarte, 2019, p 1147).

Nesse particular, Arturo Escobar (2011) apresenta a origem do desenvolvimento moderno após o término da Segunda Guerra Mundial. Naquele momento, as potências centrais trocam a guerra antifascista pela guerra contra a pobreza no então compreendido como "Terceiro Mundo". Assim, instala-se a crença de que bastaria capital, ciência e tecnologia para alcançar um sonho progressista, onde o Ocidente poderia salvar a América Latina, a África e a Ásia da pobreza, em um contexto de desesperada busca por novos mercados e o medo de que o comunismo se instalasse nas regiões supramencionadas. Porém, para levar adiante tal processo de desenvolvimento, era necessário hierarquizar conhecimentos, colocando a visão ocidental como uma espécie de verdade universal, neutra e replicável em qualquer contexto (Escobar, 2011).

Esse movimento só é possível por meio do uso de discursos coloniais, apropriando e dominando essas nações subdesenvolvidas (Escobar, 2011). Nesse particular, a relação entre modernidade e colonialidade se faz cristalina no trabalho

de Ballestrin (2013) que defende a colonialidade como uma espécie de outra face da modernidade, que depende da continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais. Dessa forma, "a elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado" (Quijano, 2005 apud Ballestrin, 2013).

Dessa forma, segundo Souza (2018), é no final dos anos 1960 que o Brasil emerge como semiperiferia na economia-mundo, se tornando uma potência regional na América do Sul e, analogamente, uma série de projetos de desenvolvimento regional são elaborados, buscando superar a posição de atraso relativo que ainda acompanhava o estado. Assim, Minas Gerais observa, já no início do século XXI, a entrada de novos atores no mercado, como o agressivo interesse chinês no mercado mineral, que "favoreceu o excesso de oferta e acentuou a tendência de queda generalizada dos preços dos minérios e metais" (Cabral Junior et al., 2008 apud Rezende, 2016, p. 379).

Paralelamente, no início dos anos 2000 ocorre o chamado *boom das commodities* (2003-2013). As *commodities* são definidas como bens com "elevado conteúdo de recursos naturais, baixo conteúdo tecnológico e baixo processamen-

to" (Ferreira, 2018, p. 15), como é o caso do minério de ferro. Além disso, as *commodities* possuem um preço extremamente volátil que depende diretamente da demanda do mercado, dessa forma, se há um aumento da procura, os países detentores desses bens conseguem um acúmulo de lucros significativamente, que foi o que ocorreu a partir de 2003, caindo um pouco em decorrência da crise de 2008, e voltando a crescer em seguida (Ferreira, 2018).

Com o *boom das commodities*, a dependência nacional sobre a mineração se acentuou, dado que a exportação mineral cresceu 9 pontos percentuais² na composição da exportação nacional. Somado a esse movimento, tem-se, ainda, a busca das mineradoras por baixar os custos operacionais (Millanez *et al.*, 2017) e o fato de que a atividade mineradora no Brasil é regida por regulamentações frouxas, conflitantes e pouco aplicáveis, visando uma facilitação em acordos lucrativos entre grandes corporações, enquanto viabiliza práticas ambientais predatórias e intensamente destrutivas (Rezende, 2016). Segundo Millane *et al.* (2017), no pós-*boom* há um aumento da chance de rompimentos de barragens, uma vez que há muita pressa e pressão para manter – ou, no mínimo, não ter uma queda muito radical – os níveis de rendimento, o que leva a tomadas de decisões extremamente negligentes.

Por conseguinte, o aumento da exploração

ocorre quase que indissociável da recorrência de tragédias socioambientais. A fim de ilustrar este ponto, é possível pontuar que ao longo do século XXI, o Estado de Minas Gerais acompanhou uma série de rompimentos de barragens, como: Barragem da Cava C1, da então Mineração Rio Verde, em junho de 2001; Barragem de São Francisco, da Mineração Rio Pomba Cataguases, em março de 2006 e, novamente, em janeiro de 2007; Barragem da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 2008; Barragem B1 da Mina Retiro do Sapecado, da Mineração Herculano, em setembro de 2014; Barragem de Fundão da Mina de Germano, da Mineração Samarco, a partir do município de Mariana, em novembro de 2015; e a Barragem B1 da Mina Córrego do Feijão, da Mineração Vale, a partir do município de Brumadinho, em janeiro de 2019, com cerca de 270 vítimas diretas (CPI Brumadinho, 2019).

Em um movimento de retroalimentação, com o aumento da exploração, tem-se a necessidade de locais para despejo, seja do minério estéril ou do rejeito (CPI Brumadinho, 2019), e, paralelamente, o desenvolvimento econômico de Minas Gerais se vê dependente dessa atividade, que três séculos depois, após altos e baixos, ainda é o eixo norteador da economia mineira. Esse movimento é chamado de **minério-dependência**, definida por Oliveira (2022, p. 28) como "ainda que profundamente impactadas pelas atividades

da mineração, as comunidades se enxergam como reféns da dinâmica econômica mineral, alegando dependência econômica e financeira dos empreendimentos em seus territórios" (p. 28).

Assim, há dificuldade em diversificar a economia, mantendo um padrão de retroalimentação e os municípios têm a tendência a se tornar cada vez mais pobres em recursos, consolidando um abismo entre geração e apropriação de recursos (Reis; Silva, 2015). Além da comunidade local ter pouca ou nenhuma influência nos processos decisórios, a mineração ainda assume certo destaque no imaginário coletivo brasileiro (Oliveira, 2022), especialmente em Minas Gerais, sendo um ponto essencial na formação da identidade mineira, como será posto na próxima seção.

A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE MINEIRA

Em *As Almas do Povo Negro*, W. E. B. Du Bois (1999) explora a dupla consciência dos negros nos Estados Unidos, que mesmo após a abolição da escravidão (1863), ainda contavam com um papel social muito bem definido na sociedade estadunidense, que pouco se distanciava da sua realidade anterior. Isto, pois, na prática, a emancipação dos negros afroamericanos não alterou as estruturas de poder vigentes. De maneira similar, no caso de Minas Gerais é possível inferir que a

manutenção de elementos coloniais, incorporando-os a uma construção de identidade mineira, possui uma finalidade parecida: manter papéis sociais e hierarquias.

No caso de Minas Gerais, a mineração possui um papel crucial na ocupação do território e nos posteriores processos de urbanização e organização social (Costa, 2017). Assim, embora haja resistências que clamem pela diversidade das identidades mineiras³, múltiplas (Costa, 2009), a construção efetiva da identidade mineira, desse estereótipo mineiro, está inegavelmente atrelado à mineração e práticas coloniais, uma vez que o próprio início do povoamento, a partir da criação de arraiais e vilas, está entrelaçado à busca pelo ouro e a conseqüente separação entre a Capitania das Minas e a de São Paulo, em 1720 (Dias, 1985). Por exemplo, o estereótipo do povo mineiro ser "desconfiado", tem origem nas técnicas desenvolvidas pela população para evitar pagar impostos sobre o ouro encontrado – especificamente o quinto – à coroa portuguesa (Reis, 2007). Dessa maneira,

[...] o mineiro da região das minas deveria ser esperto, trabalhar sem muito alarde para não chamar a atenção, e desconfiado de todos os outros vassallos, fossem senhores, libertos ou escravos. É curioso que nas piadas em que aparecem os mineiros versus outros brasileiros, o esperto e espirituoso é geralmente o mineiro caipira, o roceiro, que

guardaria a essência do mineiro (Reis, 2007, p. 91).

Segundo Dias (1985), o termo mineiridade é colocado em circulação em 1946, por Gilberto Freyre, em uma conferência em Belo Horizonte, a partir de preocupações com o pós-Segunda Guerra Mundial, a partir de como se daria a organização política brasileira naquele contexto. Dessa maneira,

Sob o título "Ordem, liberdade, mineiridade", discorreu sobre o papel político dos mineiros naquele instante. Argumenta com a existência, no plano interno e no externo, de polarizações ideológicas, que deveriam ser superadas por novas formas de organização política. Evoca frases históricas de Minas, "o senso grave da ordem" e a "liberdade ainda que tardia". Através da mineiridade, isto é, da tendência a transigir e a vencer os antagonismos, **os mineiros poderiam contribuir para conciliar a "liberdade das pessoas com a ordem da sociedade"** (Dias, 1985, p. 77, grifo nosso).

Nesse sentido, Dulci (1984) apresenta um caro contraponto: a mineiridade é, na verdade, a ideologia da elite mineira, sendo uma ferramenta imprescindível na manutenção do poder. Segundo Fairclough (1992), os estereótipos têm o potencial de dissimular e reforçar ideologias, sendo um exemplo do seu uso justamente o impulsionamento da mineiridade a fim de manter privilégios políticos a nível nacional (Reis, 2007). Assim, essa

mineiridade tem no resgate e na exaltação Inconfidência Mineira uma ferramenta poderosa dentro desse propósito (Dulci, 1984), uma vez que

Essa construção simbólica, reafirmada pelos artistas, memorialistas, literatos e políticos, foi e ainda é utilizada por uma elite política que se atribui certos comportamentos, qualidades e modo de ser naturais e históricos, percebendo-se como herdeira desse passado glorioso. Assim, **seus integrantes devem ser convocados a cada momento crítico, importante ou decisivo de nossa história política** (Reis, 2007, p. 95, grifo nosso).

Além disso, a construção da identidade também possibilita gerar um senso de pertencimento sobre o que é ser mineiro. Tal imaginário é operacionalizado por discurso, ritos, símbolos e signos (Reis, 2007). Esses símbolos possuem como alicerce as manifestações artísticas – no campo da arquitetura, da escultura, da música, da culinária, entre outros – que surgem na segunda metade do século XVIII, constituindo o cerne da tradição intelectual do estado de Minas Gerais (Dias, 1985). Monteiro (2016), ao explorar a relação entre música e identidade no período colonial em Minas Gerais, explicita que as manifestações artísticas e culturais possuíam a função de concretizar os ideais do Estado Cristão e estavam intensamente ligadas à estrutura e ao funcionamento das instituições religiosas. Dessa forma, "as formas de poder en-

contraram um meio para reafirmar e garantir a existência de uma hierarquia, baseada no domínio de uns sobre os outros" (Monteiro, 2016, p. 74).

Ainda dentro deste particular, segundo Anderson (2008), há três artifícios na construção do nacionalismo moderno – ou, no caso aqui exposto, uma espécie de regionalismo, mas que em suma segue os mesmos princípios e estratégias –, sendo eles: os mapas, os censos demográficos e os museus. Isto, pois, são espaços onde a memória coletiva é organizada, unificada e manuseada de forma a retratar uma herança comum. Logo, essa identidade não é dada; ela é construída. O que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido é escolhido a partir de fatores políticos, sociais e históricos, "revelando um jogo de poder no sentido do que se deseja preservar" (Arantes; Musse, 2012, p. 4). Assim, a romantização do período colonial, dentro dessa identidade, desse discurso, não somente se posiciona no presente, fazendo uma reapresentação do passado, mas também se projeta no futuro (Arantes; Musse, 2012). Segundo Pollak (1992),

Memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas [...]. Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos (Pollak, 1992, p. 204).

Portanto, a romantização colonial por meio de elementos artísticos e culturais evocam um passado comum (Portes, 2014), que, para além de manter privilégios e gerar pertencimento, também impede que práticas de origem colonial, como a mineração, sejam analisadas sem uma lente identitária. Como Morais (2004) evidencia, a memória coletiva não é composta somente por lembranças, mas também por esquecimentos, contribuindo para a formação de discursos. Assim, um exemplo do esquecimento a favor do discurso hegemônico em Minas Gerais e a proteção da mineiridade se trata da deliberada ocultação dos ricos das atividades mineradoras. Pensando nisso, é estabelecido um ciclo vicioso que pode ser explicado por Pollak (1989) ao apontar que as classes dominantes podem ser compreendidas como detentoras da memória e, é possível inferir, do poder.

Dessa maneira, retomando o argumento exposto anteriormente, a consolidação dessa suposta mineiridade se materializa a partir da romantização de elementos coloniais, por exemplo, na gastronomia, na cultura, entre outros. No âmbito gastronômico, é possível compreender mais dessa dinâmica a partir de Morais (2004), que explora a relação entre culinária típica e identidade regional a partir de livros e restaurantes de comida mineira. Segundo a autora, essa cozinha mineira possui uma relação profunda com o resgate da tradição do estado de Minas Gerais, sendo esta

intrinsecamente colonial. Isso pode ser percebido no recorrente uso do fogão a lenha, utensílios de cobre com visual envelhecido e, não menos importante, na explícita romantização da senzala (Morais, 2004).

Morais (2004), em sua dissertação de mestrado, traz que “Annapaola Mansur Carvalho, proprietária do Restaurante Casa dos Contos, em Ouro Preto, afirma que uma das características que chama a atenção para seu estabelecimento é o fato de **situar-se em uma antiga senzala e representar este ambiente**” (Morais, 2004, p. 88, grifo nosso). Tal depoimento traz de forma cristalina a supramencionada romantização da senzala, que não pode ser apartada da escravidão. A senzala, que configurou a moradia dos negros escravizados nas casas senhoriais, é apresentada como um lugar aconchegante, divertido e confortável. É apresentada, com orgulho, diga-se de passagem, como um símbolo da mineiridade, um claro exemplo do esquecimento a favor da construção da memória.

No âmbito musical, os elementos das canções que evocam a ideia de tradicionalidade também têm a função de produzir e reproduzir uma relação entre o sujeito mineiro e Minas Gerais (Borba; Martins; Torres, 2019). Dessa maneira, a musicalidade também busca resgatar esse passado colonial. No trabalho realizado por Borba, Martins e Torres (2019), onde analisam a canção "Pátria Minas", do compositor mineiro Marcus Viana, a

mineiridade é evocada por elementos como o supramencionado fogão a lenha, a cerâmica, as minas, o barroco e a maria fumaça. Embora sejam elementos inegavelmente presentes na história de Minas Gerais, é possível apontar uma romantização quanto a esse retrato, este estilo de vida que nasce com a mineração e a exploração do ouro e, posteriormente, de metais na região.

Assim, pensando na construção identitária, Borba, Martins e Torres (2019) apontam que

Ao verificarmos os sentidos já estabelecidos, o termo pátria remete à terra natal em que as pessoas estão interligadas por vínculos afetivos, culturais, valores e história. Para ser território (minha terra) é preciso que se desenvolva o senso de pertencimento (sou daqui), que são possíveis a partir das filiações dos sujeitos a esta identidade como, por exemplo, de que o mineiro é desconfiado, pão-duro, aquele “que nunca perde o trem”, de fala apaziguadora, conservador, tradicionalista...” (Borba; Martins; Torres, 2019, p. 10)

A própria origem da musicalidade mineira não pode ser dissociada da estrutura colonial e das dinâmicas de poder existentes, sendo elas simultaneamente econômicas e raciais. Nesse particular, Monteiro (2016) exemplifica que “o envolvimento do homem negro com a música do homem branco foi, além das imposições culturais, uma de suas tarefas domésticas. Era comum, por exemplo,

que senhores de fazendas mantivessem negros instrumentistas e cantores” (Monteiro, 2016, p. 69). Ou seja, a música opera dentro das engrenagens coloniais a partir da perspectiva e dos interesses da figura do colonizador.

Monteiro (2016), ainda explora a origem das festividades em Minas Gerais, também no período colonial, que contam com uma forte influência da Igreja Católica, de forma a consolidar os ideais do Estado Cristão. No entanto, faz-se interessante salientar o duplo papel dessas festividades: ao mesmo tempo que buscavam “diluir, ou pelo menos minimizar as tensões sociais vindas de um processo de estratificação marcado pela raça e pela riqueza” (Monteiro, 2016, p. 74), também reafirmavam as hierarquias pela organização do espaço social, pela consagração de costumes, gestos, entre outros elementos (Monteiro, 2016). Por conseguinte, o autor retoma que “a prática da música tomou as proporções necessárias e suficientes para a sociedade mineira e registrou nela uma fórmula de identidade, repetitiva intencionalmente e diferente nas individualidades” (Monteiro, 2016, p. 81).

No campo arquitetônico é possível inferir, via Brazón (2012), a partir das ideias do historiador da arte John Bury, que essa identidade também se consagra a partir do colonialismo e do catolicismo. Assim, Minas teria como grande símbolo o “estilo Aleijadinho”, que ilustra a arquitetura rococó con-

struída na região durante o período colonial, fazendo referência ao escultor e arquiteto mineiro Antônio Francisco Lisboa. Nas artes visuais, Fígoli (2007) traz a romantização do período colonial e a alimentação do imaginário social acerca das paisagens mineiras a partir da produção artística do pintor Alberto da Veiga Guignard.

Segundo Fígoli, “a paisagem de Minas Gerais tem constituído a pedra angular de um longo e complexo sistema simbólico ou ideologia regional, na qual se assenta a auto-imagem de seus habitantes” (Fígoli, 2007, p. 30), com uma dedicação acentuada tanto às cidades coloniais do ciclo do ouro – representando o “espírito da Minas colonial” (Fígoli, 2007, p. 32) –, quanto à natureza, as matas e montanhas da região. Faz-se interessante destacar que tal representação da natureza não está necessariamente vinculada à realidade topográfica, podendo priorizar, na verdade, fantasias da paisagem local, constituindo a paisagem do imaginário social mineiro (Fígoli, 2007).

Fígoli (2007) ainda chama a atenção para a necessidade de compreender a obra de arte “não como simples “visão de mundo”, mas como universo que ordena e articula valores de origem mítica, pois a autêntica obra de arte, segundo ensina Durand (1993), é aquela que consegue ressuscitar ou restaurar o mito” (Fígoli, 2007, p. 35). Logo, o foco reside em manter vivo o mito da mineiridade, romantizando a história colonial do estado de Mi-

nas Gerais, a posicionando em um local de contemplação e pilar identitário. Por conseguinte, como aponta Magalhães (2003) ao pensar no duplo aspecto da colonização, o discurso dominante primeiro se constitui para silenciar os colonizados e, somente secundariamente, para dizer e construir suas identidades.

DESENVOLVENDO UM NECRODESENVOLVIMENTO

Após discutir a história do desenvolvimento em Minas Gerais e a formação da identidade mineira, esta última seção se encarrega de construir a ideia de necrodesenvolvimento a partir da análise do caso de Minas Gerais. Necrodesenvolvimento é um neologismo criado a partir da junção dos conceitos de necropolítica e de desenvolvimento, como forma de crítica à dimensão de colonialidade do desenvolvimento. Assim, é importante recuperar o que Mbembe chama de necropolítica para, em seguida, associá-lo à crítica decolonial à ideia de desenvolvimento.

Necropolítica, como escrito por Mbembe (2016), parte da ideia de que a expressão máxima da soberania reside no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve viver. Esta noção é desenvolvida em diálogo com a ideia foucaultiana de biopoder, que entende o racismo como tecnologia que regula a distribuição de morte.

Assim, Mbembe desafia o entendimento convencional do Estado como resultado de um contrato social que visa proteger a vida dos seus cidadãos. Através da lente da necropolítica, ele entende o Estado como este regulador da vida e da morte e, ao observar as experiências históricas coloniais, percebe como o Estado europeu mobiliza a sua soberania dentro de seus limites territoriais regulada a partir do Estado de Direito enquanto se aproveita da ausência de regulação para fazer o que bem entender nas colônias. A escravidão, neste sentido, é entendida por Mbembe como uma das primeiras instâncias de experimentação biopolítica e se aproveita de um entendimento de diferenciação entre civilizados (com Estado de Direito) e selvagens (nativos das colônias) para, em nome da civilização, operar a violência de estado de exceção nas colônias.

Esta necropolítica foi vista nas colônias, inclusive no Brasil português e nas Minas Gerais. Foi vista na Alemanha Nazista, na África do Sul do Apartheid e em Israel na sua relação com a Palestina (Mbembe, 2016). É vital aqui perceber que a noção de necropolítica em diálogo com a noção de soberania leva a este entendimento do Estado que faz escolhas de quem vive e quem morre, com critérios raciais. A colônia que não supera sua condição colonial tende a repetir o seu modo de agir e é isto que percebemos no caso mineiro (e brasileiro). Ao invés de se pensar numa outra forma de

economia que não se desenvolvesse a partir do apagamento indígena e da exploração escravocrata dos negros, o estado seguiu produzindo a partir de uma lógica primário-exportadora: seja ouro, seja café, seja minério de ferro.

O fim da colônia não trouxe um Estado independente brasileiro que superasse a escravidão e o fim da escravidão não trouxe uma República interessada em lidar com seus problemas de desigualdade racial. Somente nas últimas décadas é que se observa no Brasil o surgimento de leis antirracistas, induzidas através de muita luta do movimento político de negros e indígenas. Esta lentidão não é reflexo de um projeto mal executado, mas de um projeto de branqueamento e exclusão bem-sucedido, típico de sociedades onde se observa a promoção do capitalismo racial. De acordo com Bhattacharyya (2018), o capitalismo racial não se trata de uma forma diferente de capitalismo, mas uma manifestação de sua brutalidade intrínseca. Assim, é possível observar a intensificação da exploração de populações vulneráveis, que se tornam alvos fáceis dada a ausência de proteção estatal. Dessa forma, o capitalismo extrai valor adicional de pessoas consideradas inferiores, marginalizadas por estruturas de exclusão, a partir de uma lógica de divisão histórica da humanidade em "produtivos" e "não-produtivos", mostrando como as hierarquias raciais são construídas a partir da desvalorização do trabalho de grupos mais forte-

mente racializados. Nesse processo, o capitalismo racial fornece a justificativa e as técnicas para essa diferenciação, operando em conjunto com crises sociais e ambientais para legitimar a exploração e o descarte de vidas.

Neste sentido, esforços para a promoção do crescimento, do progresso, da modernidade e do desenvolvimento estão alinhados num horizonte normativo do capitalismo racial. Sem atenção para a questão racial, o desenvolvimento se torna uma forma de hierarquização racial da humanidade (Lopes, 2024). Tal argumento se depreende de uma crítica feita ao conceito de desenvolvimento a partir do conceito de colonialidade do poder, do saber e do ser, assim como do conceito de modernidade como o outro lado da mesma moeda da colonialidade. Isto é, se a modernidade se apresenta como a construção de um futuro positivo e a colonialidade representa as contradições desta lógica, é possível entender que o desenvolvimento dentro de uma lógica de capitalismo racial reproduz uma visão de melhoria para alguns em detrimento de outros. A vida melhor para alguns custa a vida pior para outros e, em inúmeras vezes, a própria morte destes outros. É neste sentido que a ideia de necrodesenvolvimento passa a fazer sentido: se o Estado é capaz de regular quem vive e quem morre, ele o faz a partir de um discurso modernizante de desenvolvimento que esconde a desigualdade racial como colonialidade. Se esta

desigualdade racial é naturalizada ou entendida como um mal necessário em prol do desenvolvimento, os projetos extrativistas sempre terão sua geração de riqueza priorizada em detrimentos dos povos que estão pelo caminho, sejam eles indígenas ou negros.

O necrodesenvolvimento é observado não só quando o Estado promove a morte de alguns, mas quando protege também a vida de grupos específicos. Um caso interessante, sempre em Minas Gerais, é do bairro Belvedere III, na região Centro-Sul de Belo Horizonte. A construção de vários edifícios de alto padrão numa região alta da cidade levou ao fechamento de uma entrada de ventilação natural para a capital mineira, provocando aumento na temperatura e diminuição da umidade relativa do ar. Ainda que o Ministério Público de Minas Gerais tenha obtido sentença condenando os empreendedores que implantaram o bairro, pouco se alterou desde então em prol dos 2,3 milhões de habitantes de Belo Horizonte afetados pelo bairro, criado em 1988 através de modificação na lei de uso e ocupação do solo (Suarez, [2017] 2025). Bairro predominantemente branco, o Belvedere teve uma atenção do poder público muito diferente do caso do Quilombo dos Luízes, no bairro do Grajaú, que perderam mais de 80% do seu território com invasões de terra e que estavam presentes na região deste antes da criação oficial do município em 1897 (Poets, 2024). Poets,

ao realizar estudos comparativos sobre resistências indígenas e negras em territórios urbanos, mostra como o Quilombo dos Luízes, na região Oeste de Belo Horizonte, foi vítima tanto de apagamento histórico, quanto de um poder público que não dificulta a burocracia no processo de reconhecimento do território ao mesmo tempo em que ignora a construção de edifícios de maneira irregular dentro deste mesmo território. Em consonância com o argumento apresentado de que a falta de atenção com a desigualdade racial não é erro de trajetória, mas elemento constitutivo de um necrodesenvolvimento do capitalismo racial, Poets afirma que as falhas identificadas no caso dos Luízes refletem uma dimensão não acidental, mas estrutural, do capitalismo.

Quando Silva (2021) fala do silêncio que atordoia a respeito da questão racial nas Relações Internacionais, este mesmo silêncio pode ser facilmente identificado nos estudos de desenvolvimento, o que leva à relevância de se pensar em termos de necrodesenvolvimento: um desenvolvimento necropolítico, orientado por políticas de branqueamento, de privilégios aos brancos enquanto entende territórios negros e indígenas como zonas de sacrifício em prol do crescimento econômico. Silva (2023) também articula esta crítica numa perspectiva de estudos críticos da branquitude, entendendo que falar sobre questões raciais nas Relações Internacionais implica em não

somente falar sobre as violências contra os grupos racializados como inferiores, mas também em falar sobre a sociopsicopatologia do branco, de modo a entender tal construção de superioridade da raça branca como fenômeno de caráter histórico. Junto a ela, Cida Bento (2002), Abdias do Nascimento (1980) e Guerreiro Ramos (1955) trazem contribuições fundamentais para pensar a branquitude como elemento fundamental do necrodesenvolvimento.

A história colonial de escravidão desde o início da economia do ouro em Minas Gerais até a minério-dependência evidenciada nos recentes desastres em Mariana e Brumadinho oferece uma trajetória em que Minas Gerais foi palco constante de projetos de necrodesenvolvimento, seja no interior, seja na capital como nos exemplos citados do Belvedere e do Quilombo dos Luízes. Entretanto, estudar o caso mineiro através de Mbembe e dos autores decoloniais permitiu perceber que a ideia de necrodesenvolvimento se aplica também a outros contextos, como nos bairros que estão cedendo em Maceió, ou nos territórios indígenas no estado de Dakota, nos Estados Unidos, cujos nativos resistem à instalação de infraestrutura para transporte de combustíveis fósseis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tradicional programa televisivo Terra de Minas, da afiliada da Rede Globo em Minas Gerais, muito bem recebido pela população local desde seu início em 2002, traz uma imagem do estado que é bastante serena, das montanhas e rios, do fogão de lenha, aconchegante para o telespectador que identifica naquele cenário uma projeção de uma Minas idealizada, que não foi resultado de uma violenta exploração colonial e que não segue reproduzindo uma lógica de necrodesenvolvimento para promoção do capitalismo racial no estado. Embora pareça inofensivo a um primeiro olhar, esta imagem bucólica está alinhada a uma exploração do adjetivo colonial como algo positivo, como no caso do café colonial e das cidades coloniais. A senzala vira espaço de experiência gastronômica e assim, a colonialidade se mantém, dando roupagens novas e bonitas a estruturas feias e velhas.

Neste artigo, a busca pela relação entre identidade e desenvolvimento observada no estado de Minas Gerais serviu como ponto de partida para identificar os dois lados da moeda da modernidade e da colonialidade. Buscou-se intencionalmente oscilar entre momentos menos críticos, reproduzindo uma linguagem mais convencional sobre a história econômica do estado, com outros momentos atravessados pela gramática de-

colonial que, com conceitos como colonialidade, epistemicídio, necropolítica e necrodesenvolvimento, buscou evidenciar como esta modernidade não é neutra em termos raciais, mas é, sim, promotora de um capitalismo racial.

Das violências em Mariana, Brumadinho e no Quilombo dos Luízes, passando pelas imagens inocentes que romantizam o período colonial, fica evidente como a colonialidade opera de maneiras distintas. A colonialidade do ser é vista, por exemplo, na criação de uma mineiridade que serve a interesses das elites, sem tocar nos problemas raciais que afetam o estado. A colonialidade do poder através do controle da economia é vista na dependência da exploração mineral que faz com que vítimas de rompimento de barragens precisem pedir para retomada das atividades a fim de poder ter alguma perspectiva de emprego e renda sem precisar se mudar da região. A colonialidade da natureza é percebida quando o estado é reduzido desde o período colonial a território a ser explorado, para que suas riquezas (ouro, café, ferro) sejam levadas para o exterior, mesmo que isto custe a vida e os modos de vida das populações locais.

Seria muito bom poder explorar mais nuances do necrodesenvolvimento em Minas Gerais, em particular estabelecendo recortes temporais e geográficos mais restritos – o que levaria a casos estudados com mais nuances e detalhes. Além disso, a própria ideia de necrodesenvolvimento pode

ser mais bem explorada em trabalhos futuros que observem outros lugares, como foi citado rapidamente aqui ao lembrar do que está acontecendo em Maceió com bairros que, literalmente, estão afundando. Se por um lado estas ressalvas apresentam limites do texto apresentado, por outro representam oportunidade para uma agenda de pesquisa promissora que evidencie como os discursos que prometem a promoção do desenvolvimento, se não pensado a partir de uma atenção com a dimensão racial, seguirão servindo para romantizar passados violentos e projetar futuros em que os que sempre foram excluídos irão seguir sendo excluídos.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Leandro Braga. Dissertando Mariana para entender o Brasil: historiografia regional e História econômica de Minas Gerais após o auge da mineração. **Revista de História Regional**, 2010.
- ARANTES, Haydêe Sant'Ana; MUSSE, Christina Ferraz. A construção da identidade mineira: uma análise da cobertura do aniversário de Belo Horizonte através do jornal Estado de Minas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNI-
CAÇÃO, 35,. 2012, Fortaleza. **Anais [...]**, Fortaleza: 2012.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, p. 89-117, 2013.
- BENTO, M. **Pactos Narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese de doutorado em Psicologia, Universidade de São Paulo. 2002.
- BHATTACHARYYA, Gargi. **Rethinking Racial Capitalism: Questions of Reproduction and Survival**. Rowman & Littlefield, 2018.
- BORBA, Érika Loureiro; MARTINS, Pablo Luiz; TORRES, Kelly Aparecida. DOS DIÁLOGOS ENTRE MÚSICA, SUJEITO E LUGAR: A MINEIRIDADE EM DISCURSO. *In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 8., Anais [...]* Maceió: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2019, p. 2316.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o rompimento da barragem de Brumadinho**. Relatório resumido. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019, 307 p.

- BRAZÓN, Mariela. Aproximação à historiografia da arquitetura colonial brasileira as ideias de John Bury. **DAPesquisa**, v. 7, n. 9, p. 190-205, 2012.
- COSTA, João Batista de Almeida. Minas Gerais na contemporaneidade: identidade fragmentada, a diversidade e as fronteiras regionais. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 11, n. 16, p. 117–137, 2009.
- COSTA, Simona. **Economia, sociedade e urbanização em Minas Gerais (séculos XVIII-XIX)**: Vila Rica, futura Ouro Preto, e a sua rua principal. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2017.
- CRUZ, Souza. **Advertência**. In: Dias, Carlos Malheiro (org.). História da Colonização Portuguesa do Brasil. Porto: Litografia Nacional, 1921.
- DIAS, Fernando Correia. Mineiridade: construção e significado atual. **Ciência & Trópico**, v. 13, 1985.
- DUARTE, Hélio A. Ferro-Um elemento químico estratégico que permeia história, economia e sociedade. **Química Nova**, v. 42, n. 10, p. 1146-1153, 2019.
- DU BOIS, W. E. B. **As Almas da Gente Negra**. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.
- DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. In: **Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, São Paulo: Cortez, 1984.
- DURAND, Gilbert. **De la mitocrítica al mitoanálisis: figuras míticas y aspectos de la obra**. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Autónoma Metropolitana, Iztapalapa, 1993.
- ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: The making and unmaking of the Third World**. Princeton University Press, 2011.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. London; Longman, 1992.
- FERREIRA, Talita Quaresma. **O boom das commodities dos anos 2000**: uma análise do impacto da alta das commodities nas taxas de investimento direto externo no Brasil. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- FÍGOLI, Leonardo H. G. A paisagem como dimensão simbólica do espaço: o mito e a obra de arte. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, p. 29-39, 2007.
- GODOY, Marcelo Magalhães. Minas Gerais na República: atraso econômico, estado e

planejamento. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 11, n. 16, p. 89–116-89–116, 2009.

GROSFOGUEL, Ramón. Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocidios/epistemicidios del largo siglo XVI. **Tabularasa**, (19), 31-58, 2013.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Patologia social do branco brasileiro. **Jornal do Comércio**, jan. 1955.

LOPES, Rafael Bittencourt Rodrigues. Desenvolvimento enquanto colonialidade do poder, do saber e do ser: uma não tão discreta hierarquização racial da humanidade. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 15, n. 2, 2024.

MAGALHÃES, Belmira Rita da Costa. Opressão e identidade: o duplo da colonização. **ITINERÁRIOS—Revista de Literatura**, n. 21, p. 39-56, 2003.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Temáticas**, n. 32, 2016, p. 122-151.

MILANEZ, Bruno et al. **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. 2. ed. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2017.

MONTEIRO, Maurício. Música e identidade em Mi-

nas Gerais colonial. **Caletrosópio**, v. 4, p. 63-87, 2016.

MORAIS, Luciana Patricia de. **Culinária típica e identidade regional: a expressão dos processos de construção, reprodução e reinvenção da mineiridade em livros e restaurantes de comida mineira**. Tese (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, p. 155. 2004.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**: Documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

OLIVEIRA, Marina Paula. **O Preço de um Crime Socioambiental: Os Bastidores Do Processo de Reparação Do Rompimento Da Barragem Da Vale Em Brumadinho, o Maior Desastre Humanitário Do Brasil**. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. **História e educação, homenagem à Maria Yedda Leite Linhares**, 2002.

POETS, Desirée. **Unsettling Brazil**: Urban Indigenous and Black Peoples' Resistances to Dependent Settler Capitalism. The University of Alabama

Press, 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUINTÃO, Frederico Dornellas Martins; SOUSA, Armindo Teodósio dos Santos de. Itabira não é um retrato na parede: Estudo sobre a sociedade civil e a luta contra a minério-dependência. **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 11, n. 1, 2020.

REIS, Julio Cesar; SILVA, Harley. Mineração e desenvolvimento em Minas Gerais na década 2000-2010. **Novos Cadernos NAEA**, [s. l.], v. 18, n. 3, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2076>. Acesso em: 25 abr. 2024.

REZENDE, Vanessa Leite. A mineração em Minas Gerais: uma análise de sua expansão e os impactos

ambientais e sociais causados por décadas de exploração. **Sociedade & Natureza**, v. 28, n. 3, p. 375-384, 2016.

ROESER, Hubert Matthias Peter; ROESER, Patricia Angelika. O Quadrilátero Ferrífero-MG, Brasil: aspectos sobre sua história, seus recursos minerais e problemas ambientais relacionados. **Geonomos**, 2010.

SILVA, Karine de Souza. “Esse silêncio todo me atordoá”: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. **Revista de Informação Legislativa**, v. 58, n. 229, p. 37-55, 2021.

SILVA, Karine de Souza. Critical Whiteness Studies and International Relations: disputing narratives and challenging epidermalized structures of power in teaching, research and extension. **Sequência** (Florianópolis), v. 44, n. 93, 2023.

SOUZA, Rita de Cassia Martins de. A mineração na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: agente de modernização e formação de fronteira. **Ateliê Geográfico**, v. 11, n. 3, p. 21-33, 2017.

SUAREZ, Joana. **O TEMPO – Cidades**. 1º set. 2017. Criação do Belvedere III aumentou a temperatura em Belo Horizonte. Disponível em: <https://>

www.otempo.com.br/cidades/criacao-do-belvedere-iii-aumentou-a-temperatura-de-belo-horizonte-1.1515357. Acesso em 10 out. 2025.

VIEIRA, Danilo Jorge. Estado e desenvolvimento econômico em Minas Gerais no período recente. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 274–310, 2019.

NOTAS

¹ "[...] região clássica da geologia e da mineração brasileira, que se estende entre as cidades de Belo Horizonte (NW), Itabira (NE), Ouro Preto (SE) e Congonhas (SW)" (Roeser; Roeser, 2010).

²Naquele período, a participação da exportação do minério de ferro na composição total de exportação nacional foi de 5% para 14,5% (Millanez *et al.*, 2017).

³Para exemplificar, tem-se o Movimento Catru-mano, que busca evidenciar o valor simbólico que o Norte de Minas tem para Minas Gerais (Costa, 2009).